



Secretaria de Educação de Além Paraíba - MG Professor Municipal IV

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Figuras	7
Coesão e coerência	12
Tipologia e gênero textual	14
Significação das palavras; denotação e conotação	25
Emprego das classes de palavras	26
Sintaxe da oração e do período	43
Pontuação	48
Concordância verbal e nominal	52
Regência verbal e nominal	54
Estudo da crase	57
Semântica e estilística	59
Questões	59
Gabarito	69
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO	
Princípio da Regressão ou Reversão	1
Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa	2
Lógica matemática qualitativa	8
Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	12
Regra de três simples e compostas	14
Razões especiais	15
Análise combinatória e probabilidade	18
Progressões aritmética e geométrica	24
Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença	28
Geometria plana e espacial	34
Trigonometria	51
Conjuntos numéricos	56
Equações de 1º e 2º grau. Inequações de 1º e 2º grau.	74





Funções de 1º e 2º grau Geometria analítica Matrizes determinantes e sistemas lineares Polinômios Questões Gabarito	93 102 113
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	
Lei Orgânica do Município de Além Paraíba Lei Municipal nº 1.519, de 30 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre o Estatuto e o Qua-	1
dro de Pessoal do Magistério da Prefeitura Municipal de Além Paraíba Lei Complementar nº 3, de 25 de agosto de 1993 - Dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos da administração direta, das autarquias e das fundações do município de Além Paraíba	
CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	
Fundamentos da educação: conceitos e concepções pedagógicas, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea	
culares Nacionais e suas implicações na prática pedagógica	11
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	
Parâmetros Curriculares Nacionais	
Competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica	178
Constituição Federal de 1988 – Cap. III	
Educação, trabalho, formação profissional e as transformações da educação básica Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaços de diferenças, contradições e conflitos) para o exercício e a formação da cidadania, difusão	238
e construção do conhecimento	239242
Avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo	257
Currículo e cultura	262
Interdisciplinaridade e contextualização	





A escola e o Projeto Político-Pedagógico (PPP)	27
O espaço da sala de aula como ambiente interativo	28
A atuação do professor mediador e a atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento	28
Planejamento	29
Gestão educacional	30
Gestão da aprendizagem	30
Professor: formação e profissão	30
A pesquisa na prática docente	30
A educação em sua dimensão teórico-filosófica: filosofias tradicionais da educação e teorias educacionais contemporâneas	31
As concepções de aprendizagem-aluno-ensino-professor nas abordagens teóricas	31
Principais teorias e práticas na educação	31
As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem. Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e a pedagogia	31
Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais	
Temas contemporâneos: bullying	
O papel da escola	3
A escolha da profissão	3
Transtornos alimentares na adolescência	
Família	
Escolhas sexuais	
A valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais	
Questões	
Gabarito	40
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Teoria e Prática da EducaçãoConhecimentos Político-Pedagógicos	
Função social e política da escola: perspectiva crítica e perspectiva neoliberal	1
Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar	2
Projetos político-pedagógicos	3
A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar	3
Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da	J
aprendizagem	4
Conhecimento na escola	4
A organização do tempo e do espaço	5
A avaliação escolar	5
Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. currículo e cultura	8
Cotidiano escolar: relações de poder na escola	9





Tendências pedagógicas na prática escolar	103
Colegiados escolares	105
Ética profissional	108
Questões	112
Gabarito	114







Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que <u>compreendemos</u> adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à <u>interpretação</u>, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

1





Raciocínio Lógico Matemático

A lógica *sequencial* envolve a percepção e interpretação de objetos que induzem a uma sequência, buscando reconhecer essa sequência e estabelecer sucessores a este objeto.

Muitas vezes essas questões vêm atreladas com aspectos aritméticos (sequências numéricas) ou geometria (construção de certas figuras).

Não há como sistematizar este assunto, então iremos ver alguns exemplos para nos *inspirar* para que busquemos resolver demais questões.

Exemplos:

1 – A sequência de números a seguir foi construída com um padrão lógico e é uma sequência ilimitada:

A partir dessas informações, identifique o termo da posição 74 e o termo da posição 95. Qual a soma destes dois termos?

Vamos analisar esta sequência dada:

1º) Vemos que a sequência vai de 6 em 6 termos e pula para a dezena seguinte

Os primeiros 6 termos vão de 0 a 5

Do 7º termo ao 12º termo: 10 a 15

13º termo ao 18º termo: 20 a 25

2º) Vemos que o padrão segue a tabuada do 6

 $6 \times 1 = 6 (0 \text{ até } 5)$

6 x 2 = 12 (10 até 15)

 $6 \times 3 = 18 (20 \text{ até } 25)$

3º) O número que está multiplicando o 6 menos uma unidade representa a dezena que estamos começando a contar:

$$6 \times 1 \rightarrow 1 - 1 = 0 (0 \text{ até } 5)$$

$$6 \times 2 \rightarrow 2 - 1 = 1 (10 \text{ até } 15)$$

$$6 \times 3 \rightarrow 3 - 1 = 2 (20 \text{ até } 25)$$

4°) Se dividirmos 74 por 6 e 95 por 6 descobriremos seus valores

74:6=12 (sobra 2)

95:6=15 (sobra 5)

5°) O termo 74 então está dois termos após 6 x 12

 $6 \times 12 \rightarrow 12 - 1 = 11 (110 \text{ até } 115)$

Então o termo 74 está no intervalo entre 120 até 125

O 74º termo é o número 121

6°) Da mesma forma, 95 está 5 após 6 x 15

O termo 95 está no intervalo entre 150 até 155

O 95º termo é o número 154

7°) Somando 121 + 154 = 275





Legislação Municipal

LEI ORGÂNICA

DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA - MG.

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º O Município de Além Paraíba, integrado ao Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica votada e aprovada por sua Câmara Municipal e demais leis que adotar, e os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.
- Art. 2º São poderes do Município, o Legislativo e o Executivo, que trabalharão de formas independentes e harmônicas entre si.
- § 1º São símbolos do Município, a sua Bandeira, o seu Brasão e o seu Hino, que representam a sua cultura e história.
- § 2º Ressalvados os casos previstos nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.
- Art. 3º Todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título pertençam ao Município, constituem os seus bens.
 - Art. 4º A sede do Município de Além Paraíba dá-lhe o nome e tem a categoria de Cidade.

SEÇÃO II

DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Art. 5º Após consulta por plebiscito à população diretamente interessada, o Município, para fins administrativos, poderá por lei, criar, organizar, suprimir ou fundir Distritos, observada a legislação estadual e o Artigo 6º desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Os Distritos têm a função de descentralizar os serviços da Administração Municipal, possibilitando maior eficiência e controle por parte da população beneficiada.

- Art. 6º A Lei disporá sobre os requisitos para a criação de Distrito.
- Art. 7º Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguinte normas:
- I tanto quanto possível serão evitadas formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;
 - II dar-se-á preferência, para a delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;
- III na existência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;
 - IV é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo único. As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 8º Na sede do Distrito, com a presença do Juiz de Direito da Comarca, far-se-á a instalação do Distrito.





Legislação Municipal

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

- Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdien e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, consequentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

1 https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/





Conhecimentos Específicos

TEORIA E PRÁTICA DA DOCÊNCIA

Vivemos em outro tempo, com exemplos diversos dos que vivenciamos. A educação, não só retrata e reproduz a sociedade, mas também projeta a sociedade desejada; assim o homem na busca incessante pelo conhecimento está cada dia mais a mercê da tecnologia.

Porém, nos deparamos com diferentes realidades; mas é preciso saber a realidade social, que por vezes é muito mais complexa do que se imagina e as dificuldades de se trabalhar com as tecnologias de informação e de comunicação são ainda maiores na prática pedagógica. Ficando assim evidente que mesmo havendo vontade de aprender (aluno) e qualidade no material e apoio (instituição / professor) é viável considerarmos as dificuldades que essa transferência de conhecimento aconteça.

Enquanto prática pedagógica, a educação tem, historicamente, o desafio de responder às demandas que os contextos lhes colocam.

Paulo Freire, quando afirma que a teoria não dita à prática; em vez disso, ela serve para manter a prática ao nosso alcance de forma a mediar e compreender de maneira crítica o tipo de práxis necessária em um ambiente específico, em um momento particular.

Portanto, o exercício da docência, enquanto ação transformadora que se renova tanto na teoria quanto na prática, requer necessariamente o desenvolvimento dessa consciência crítica. E neste sentido podemos dizer que o exercício da ação docente requer preparo. Segundo Freire, "Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Entre as competências que um professor antenado com seu mundo deve apresentar, entre outras, a competência teórica, a aplicada, a Institucional e a afetiva. Não basta apenas saber. O verdadeiro professor precisa saber: para que ensinar, o que ensinar e como ensinar. É preciso usar esse saber de forma significativa para o aluno; Preparo que não se esgota nos cursos de formação, mas, para o qual há uma contribuição específica enquanto formação teórica.

[...] Não somos apenas objeto da História, mas seus sujeitos igualmente. A partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógico. (FREIRE, 1997, pg. 89).

Portanto, analisando a formação docente, a partir de um contexto de práxis, na perspectiva da construção de novos conhecimentos, que não se limitam ao momento da formação inicial, mas principalmente, estende-se por todo percurso profissional do professor, podemos assim dizer, que a tríade: formador, formando e conhecimento se faz mediante uma relação dialética, sendo esta, uma característica necessária à realização da práxis. Neste sentido, a nosso ver, o ato de ensinar descontextualizado da práxis não transforma, assim, concordamos com Freire, quando diz: "[...] ensinar não é só transferir conhecimentos; Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender."

A formação de um aluno é muito mais que treinar e depositar simplesmente conhecimentos.

Educar é segundo Freire(1979), completar, porque o homem é ser inacabado, que sabe disso e por isso se educa. O saber se faz através de uma superação constante, por isso não pode o professor se colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo (é preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fizer com que eles também saibam com humildade).

Há tempos remotos, filósofos, médicos, lingüistas e outros pensadores do passado, foram atraídos pela natureza da criança.

O filosofo francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), considerado o "descobridor da criança; foi o verdadeiro iniciador dos estudos do desenvolvimento.

Em 1762, publica um livro onde descreve uma criança imaginária, o seu desenvolvimento desde o nascimento à puberdade. Dessa maneira procura descobrir como a natureza leva uma criança a desenvolver-se "em suas faculdades e em seus órgãos". Rousseau cogita, pela primeira vez, a necessidade de "estudar a criança antes de querer educá-la".